

A CRIANÇA E O SEU EXISTIR: UM OLHAR DA PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL

Luiz Henrique Librelon Dornelas ¹
Magalí de Paula Silva Santana ²
Alcione Januária Teixeira da Silveira³
Fernanda Pereira Bicalho⁴

psicomagalisantana@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências humanas

RESUMO

O presente artigo aborda a compreensão da infância na perspectiva da psicologia fenomenológico-existencial, problematizando normativas que tendem a reduzir a criança a um ser incompleto ou em preparação para a vida adulta. Tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, de que modo a clínica fenomenológico-existencial compreende a infância e maneja o acompanhamento psicoterapêutico, destacando a relevância da singularidade da criança, da ludoterapia e da participação familiar no processo clínico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações e monografias relacionadas à clínica infantil, à fenomenologia existencial, ao brincar e à família na psicoterapia. Os resultados indicam que essa abordagem compreende a criança como ser-no-mundo, constituída em suas relações e atravessada por seu contexto histórico, social e familiar. Verificou-se que a atuação clínica deve priorizar a escuta sensível, a suspensão de juízos prévios e o acolhimento da experiência vivida, evitando reduzir a criança a diagnósticos ou padrões previamente estabelecidos. A ludoterapia mostrou-se um recurso central, por possibilitar a expressão de sentimentos, conflitos e modos de existir próprios da infância. Além disso, a participação da família revelou-se essencial para ampliar a compreensão e favorecer mudanças nas relações que atravessam a criança. Conclui-se que a clínica fenomenológico-existencial contribui para uma prática psicológica mais ética, humanizada e sensível.

PALAVRAS-CHAVE: psicoterapia infantil; fenomenologia existencial; infância; ludoterapia; família.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Univértix.

² Psicóloga e Professora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Univértix.

³ Doutora e Mestre em Educação; Psicóloga e Professora no Centro Universitário Univértix.

⁴ Mestre, Psicóloga.

A trajetória histórica da clínica fenomenológico-existencial remonta às proposições de Karl Jaspers, no início do século XX, e ganha contornos psicoterapêuticos mais definidos com a Dasein análise de Ludwig Binswanger, que buscou compreender a experiência vivida, rompendo com os paradigmas estritamente naturalistas da psiquiatria tradicional (Teixeira, 2006; Moreira, 2011; Van Deurzen *et al.*, 2019). Na contemporaneidade, no entanto, essa perspectiva frequentemente entra em embate com o modelo médico hegemônico pautado em manuais de classificação como o DSM-V TR, que tende a objetificar e manualizar o diagnóstico e o tratamento (Sousa, 2014). No campo infanto-juvenil, esse choque se torna ainda mais evidente, visto que as abordagens predominantes costumam utilizar marcadores normativos advindos da psicologia do desenvolvimento para determinar o que seria um amadurecimento típico ou patológico (Zavaschi *et al.*, 2008; Weisz *et al.*, 2013; Feijoo, 2011).

Em contraponto a essa periodização estrita, a lente fenomenológico-existencial alicerçada nas filosofias de autores como Husserl, Kierkegaard, Heidegger e Sartre concebe o ser humano de forma relacional, indeterminada e isenta de definições a priori (Feijoo, 2011; Sousa, 2014). Rompendo com a ideia cartesiana de uma entidade psicológica interiorizada, a criança é compreendida como um autêntico ser-no-mundo, capaz de se posicionar e de exercer responsabilidade sobre o seu existir desde o nascimento, não devendo ser reduzida a um mero adulto em miniatura ou a um projeto incompleto (Feijoo, 2011; Cytrynowicz, 2018; Santos, 2019).

A prática clínica sob essa ótica exige do psicoterapeuta a suspensão de juízos prévios (*epoché*) e o afastamento de concepções teóricas cristalizadas, buscando acessar o fenômeno infantil exatamente como ele se apresenta (Mattar, 2010; Feijoo, 2011). Nesse contexto, a ludoterapia destaca-se não apenas como técnica, mas como uma linguagem primária e genuína que permite à criança comunicar seus conflitos e explorar suas possibilidades no mundo (Therense, 2019; Freire, Couto e Cardoso, 2023). Além disso, entende-se que a criança faz parte de uma totalidade familiar que influencia diretamente seu modo de ser; logo, a inclusão e o acolhimento dos responsáveis no processo terapêutico tornam-se indispensáveis para a

reconfiguração intersubjetiva e o restabelecimento de dinâmicas saudáveis (Aguiar, 2005; Siqueira, Bloc e Moreira, 2020).

Diante das polêmicas teóricas que ainda permeiam a delimitação dessas abordagens (Feijoo e Mattar, 2016), este artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, de que modo a clínica fenomenológico-existencial compreende a infância e maneja o acompanhamento psicoterapêutico, destacando a relevância da inter-relação familiar e do respeito à singularidade da criança.

Estudos como este são importantes na medida em que contribuem para ampliar a compreensão da infância para além de critérios exclusivamente normativos, favorecendo uma leitura mais sensível da experiência infantil. Além disso, possibilitam refletir sobre práticas clínicas que reconheçam a criança em sua singularidade, considerando sua forma própria de se expressar, brincar, sofrer e se relacionar com o mundo. Desse modo, a discussão proposta busca contribuir para o campo da psicologia clínica infantil, especialmente no que se refere à construção de intervenções mais éticas, acolhedoras e comprometidas com o existir da criança.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nas últimas décadas, a compreensão da infância tem sido frequentemente pautada por perspectivas desenvolvimentistas que estabelecem padrões normativos, enxergando a criança como um ser imaturo ou um projeto de adulto em constante estado de incompletude. Em oposição a esse viés, a abordagem fenomenológico-existencial propõe uma visão do ser humano como um ente indeterminado e essencialmente relacional, compreendido a partir de sua experiência vivida no mundo. Sob essa lente, a criança é reconhecida como um ser-no-mundo autêntico, que possui, desde o início de sua existência, a capacidade de responder às situações que vivencia, sendo compreendida em sua singularidade e não reduzida a categorias normativas (Santos, 2015; Feijoo, 2011).

Nesse contexto, o amadurecimento não é concebido como uma sequência rígida de etapas previamente definidas, mas como um processo contínuo e aberto de construção existencial. Assim, o sofrimento psíquico infantil pode ser compreendido como resultante de limitações no campo relacional da criança, especialmente quando

seu modo próprio de ser é restringido por expectativas externas, normatizações ou interpretações patologizantes. A clínica fenomenológico-existencial busca, portanto, suspender tais enquadramentos, favorecendo a compreensão da experiência da criança tal como ela se apresenta (Feijoo, 2011; Mattar, 2010).

Para intervir nesse processo, a atuação clínica fundamentada nessa abordagem exige que o psicoterapeuta adote uma postura de abertura e suspensão de juízos, conhecida como epoché. Tal atitude implica deixar entre parênteses teorias prévias, diagnósticos e crenças, possibilitando um encontro mais autêntico com a experiência vivida da criança. O foco desloca-se da explicação causal do comportamento para a compreensão de como a criança se relaciona com o mundo e constrói sentido em sua existência (Santos, 2015; Feijoo, 2011b). Dessa forma, a relação terapêutica configura-se como um espaço dialógico de acolhimento e confirmação da singularidade da criança.

Nesse cenário, a ludoterapia ganha centralidade por se constituir como uma forma privilegiada de expressão infantil. O brincar é compreendido como linguagem própria da criança, por meio da qual ela comunica suas vivências, conflitos e possibilidades de existência. O uso de recursos lúdicos no setting terapêutico permite que a criança exerça sua autonomia e expresse, de maneira simbólica, conteúdos que muitas vezes não são acessíveis pela linguagem verbal (Therense, 2019; Oliveira, 2014; Mattar, 2010). Assim, o brinquedo atua como mediador no processo terapêutico, favorecendo a construção de sentidos e a ampliação das possibilidades de ser-no-mundo.

Contudo, o processo psicoterapêutico infantil não pode ser dissociado da dinâmica familiar, uma vez que a criança está inserida em um contexto relacional mais amplo que influencia diretamente seu desenvolvimento emocional. A literatura evidencia que a participação da família é um elemento fundamental para a efetividade do processo terapêutico, pois é nesse contexto que muitos dos significados atribuídos às vivências da criança são construídos (Siqueira, Bloc & Moreira, 2020).

Estudos apontam que a ausência ou exclusão dos responsáveis no processo clínico pode comprometer o andamento da psicoterapia, favorecendo resistências ou até mesmo o abandono do tratamento. Por outro lado, a inclusão da família possibilita

não apenas a compreensão mais ampla da criança, mas também a ressignificação das relações e expectativas estabelecidas no ambiente familiar (Oliveira, Gastaud & Ramires, 2018). Dessa forma, a clínica fenomenológico-existencial propõe um cuidado ampliado, que considera a criança e seus cuidadores como participantes de um mesmo campo relacional, promovendo mudanças que se estendem para além do setting terapêutico.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica. Esse tipo de abordagem tem como objetivo possibilitar maior compreensão acerca do fenômeno investigado a partir da análise de produções científicas já publicadas, permitindo a construção de um referencial teórico consistente.

A pesquisa bibliográfica consiste na utilização de materiais previamente elaborados, tais como livros, artigos científicos, dissertações, teses e outros documentos acadêmicos, com o intuito de reunir, analisar e interpretar diferentes contribuições teóricas sobre o tema em questão. Conforme apontam Sousa, Oliveira e Alves (2021), esse tipo de pesquisa possibilita ao pesquisador o contato direto com o conhecimento já produzido, contribuindo para a delimitação do problema e para o aprofundamento teórico.

Inicialmente, realizou-se a definição e delimitação do tema, considerando sua relevância científica e social, bem como a disponibilidade de material teórico para sustentação do estudo. Em seguida, procedeu-se ao levantamento bibliográfico preliminar, com o objetivo de identificar produções pertinentes ao tema, utilizando bases de dados acadêmicas, como Google Acadêmico, periódicos científicos e bibliotecas digitais.

Posteriormente, foi realizada a seleção das fontes, priorizando materiais recentes e de reconhecida relevância científica. Essa etapa envolveu leitura exploratória e seletiva, visando identificar conteúdos que contribuíssem diretamente para a compreensão do problema de pesquisa. De acordo com Gil (2002), a pesquisa

bibliográfica requer análise criteriosa das fontes, a fim de garantir a confiabilidade das informações utilizadas.

Na sequência, procedeu-se ao fichamento do material selecionado, permitindo a organização sistemática das informações, bem como a identificação das ideias centrais dos autores. Essa técnica favorece a construção do texto científico, uma vez que possibilita maior clareza e coerência na articulação das informações (Marconi; Lakatos, 2003).

A etapa seguinte consistiu na análise e interpretação dos dados, por meio de leitura crítica e reflexiva das obras selecionadas. Nesse processo, buscou-se identificar convergências, divergências e contribuições teóricas relevantes, possibilitando a construção de uma discussão fundamentada. Conforme destacado por Severino (2007), a análise bibliográfica não se limita à descrição das ideias, mas envolve também a interpretação crítica do conteúdo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da revisão bibliográfica realizada, constatou-se que a clínica fenomenológico-existencial se afasta de visões estritamente normativas do desenvolvimento humano. Enquanto vertentes tradicionais tendem a interpretar a infância por meio de etapas cronológicas prefixadas, a abordagem fenomenológica a concebe como uma experiência singular, situada e eminentemente relacional. Sob essa ótica, autores como Feijoo (2011) e Santos (2019) apontam que a criança não deve ser vista como um ser incompleto ou um mero rascunho do adulto. Trata-se, fundamentalmente, de um ser-no-mundo (Cytrynowicz, 2018), cuja existência se coaduna e se transforma nas interações cotidianas com a família, a escola e o meio histórico-social.

Tal mudança de paradigma amplia significativamente o horizonte clínico sobre as demandas da infância. Em vez de rotular os comportamentos infantis como déficits, desvios ou inadequações a uma régua social, busca-se descortinar o sentido dessas manifestações no cerne do campo relacional em que emergem. Desse modo, conforme sustentam Mattar (2010) e Santos (2015), o sofrimento psíquico infantil passa a ser compreendido como a expressão legítima de um modo de estar no mundo.

Essa vivência, muitas vezes, vê-se sufocada por expectativas exógenas, pressões adaptativas ou dinâmicas vinculares que limitam a espontaneidade e a singularidade do sujeito (Halfeld, 2018).

Diante desse cenário, a postura do psicoterapeuta assume um papel fundamental. Os estudos revisados convergem ao indicar que a clínica infantil fenomenológica exige do profissional uma postura de abertura e epoché, isto é, a suspensão de juízos prévios, impedindo que diagnósticos ou teorias enrijecidas eclipssem a presença da criança no encontro terapêutico (Feijoo, 2011; Mattar, 2010). Como bem salientam Freire, Couto e Cardoso (2023), o saber teórico não deve ser descartado, mas sim manejado de forma a não reduzir o indivíduo a categorias estanques. O terapeuta é, portanto, convocado a habitar o universo infantil, compreendendo como a criança experiencia a realidade e quais significados brotam de sua forma autêntica de se expressar.

Outro achado central da literatura diz respeito ao estatuto do brincar na psicoterapia. Longe de ser tratada como um mero artifício técnico ou distração, a ludoterapia é defendida por Mattar (2010) como a linguagem primordial da infância. É por meio da atividade lúdica que a criança projeta sentimentos, conflitos, temores e aspirações que a via verbal ainda não consegue acessar. Conforme apontam Oliveira (2014) e Therense (2019), o brinquedo atua como um mediador fenomenológico, um canal seguro pelo qual a experiência interior pode vir a lume de forma espontânea, criativa e revestida de sentidos.

No ato de brincar, opera-se um movimento de ressignificação: a criança não apenas replica sua realidade, mas ensaia novas posturas diante dela. A criação de narrativas lúdicas fornece os subsídios necessários para a organização de suas vivências e a ampliação de suas possibilidades de ser (Santos, 2019). Nesse sentido, as pesquisas advertem sobre a necessidade de o terapeuta acompanhar esse fluxo sem diretividades rígidas ou interpretações precipitadas (Freire; Couto; Cardoso, 2023). Quando o ritmo e a autonomia infantis são resguardados, o espaço clínico consolida-se como um solo fértil de acolhimento e abertura (Therense, 2019).

Paralelamente à dinâmica individual, a centralidade da família desponta como tema recorrente na literatura. Entendendo que a infância não se desenvolve de forma

insular, Siqueira, Bloc e Moreira (2020) destacam que a criança está imersa em uma teia relacional que molda diretamente suas expressões de sofrimento. Torna-se imperativo, logo, que o manejo clínico englobe o núcleo familiar, dado que as significações infantis são partilhadas e coproduzidas nesse espaço. Como salienta Aguiar (2005), a inclusão ativa dos responsáveis não apenas enriquece a leitura diagnóstica compreensiva, mas consolida uma aliança terapêutica robusta e colaborativa.

Contudo, essa inserção familiar ultrapassa a mera coleta de dados funcionais sobre o paciente. Ela se justifica pela necessidade de acolher as angústias dos próprios cuidadores e reconfigurar as expectativas depositadas na psicoterapia (Oliveira; Gastaud; Ramires, 2018). Ao receber escuta e orientação adequadas, os familiares tornam-se coparticipantes da mudança, transbordando os benefícios terapêuticos para além do setting clínico. Por outro lado, o distanciamento ou a resistência parental são apontados por Siqueira, Bloc e Moreira (2020) como fatores de vulnerabilidade que podem descontinuar o processo e engessar as possibilidades de transformação.

Em suma, as evidências coligidas indicam que a abordagem fenomenológico-existencial na infância propõe um modelo de cuidado ampliado, pautado na indissociabilidade entre a singularidade da criança e sua abertura ao mundo. A costura harmônica entre a escuta clínica qualificada, o manejo lúdico e o suporte familiar desenham um panorama ético e humanizado para a psicologia infantil. Conclui-se, portanto, que o objetivo primordial dessa clínica transcende a mera adaptação normativa; busca-se, fundamentalmente, salvaguardar a legitimidade do existir infantil, franqueando-lhe caminhos para que expanda seus modos de expressão, relação e presença no mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs-se a investigar, sob o prisma de uma revisão bibliográfica, as nuances da clínica fenomenológico-existencial direcionada à infância, sublinhando o estatuto da singularidade infantil, do manejo lúdico e do envolvimento familiar. A análise da literatura permitiu constatar que essa abordagem promove uma ruptura

fundamental com as vertentes que enquadram a criança em balizas cronológicas rígidas ou em crivos puramente normativos de comportamento. Em contrapartida, emerge uma compreensão da infância como experiência originária, situada e intrinsecamente relacional, na qual o sujeito é reconhecido legitimamente em sua condição de ser-no-mundo, constituído no cerne de seu tecido histórico, familiar e social.

Os achados evidenciam que o núcleo do cuidado clínico, sob essa perspectiva, transcende o esforço de correção comportamental ou de mera adaptação exógena. O foco desloca-se para a apreensão do sentido do sofrimento a partir da vivência da própria criança. Diante disso, a postura do psicoterapeuta consolida-se como um pilar ético essencial: exige-se um estado de abertura genuína, escuta sensível e o exercício rigoroso da epoché. Esse posicionamento resguarda o encontro terapêutico de reducionismos nosológicos, garantindo um espaço seguro, no qual a criança possa se manifestar sem ser aprisionada por categorias conceituais fechadas.

No que tange à dimensão prática do atendimento, a ludoterapia desvela-se não como um mero recurso técnico ou acessório, mas como a linguagem primordial e autêntica da infância. Pelo ato de brincar, a criança externaliza, projeta e elabora conteúdos existenciais conflitos, temores e afetos que muitas vezes contornam as barreiras da expressão puramente verbal. O brinquedo opera, portanto, como um mediador fenomenológico fundamental, franqueando ao sujeito a oportunidade de organizar suas vivências, ensaiar novas possibilidades de ser e se reposicionar criticamente diante de sua realidade.

Complementarmente, a revisão teórica reiterou o caráter indissociável da família na tessitura desse processo psicoterapêutico. Compreendendo que a infância não se desdobra de forma insulada, a inclusão dos responsáveis revela-se vital para compreender a teia vincular em que as demandas infantis são coproduzidas. Essa coparticipação alarga significativamente os horizontes da intervenção, transbordando os ganhos alcançados no setting terapêutico para a dinâmica familiar cotidiana, o que favorece transformações estruturais e consolida uma rede de apoio verdadeiramente sintonizada com as necessidades da criança.

Em suma, as reflexões articuladas neste trabalho ratificam a relevância e o valor humanitário da clínica fenomenológico-existencial para a psicologia infantil contemporânea. Reconhece-se, como limitação intrínseca deste estudo, o seu delineamento estritamente bibliográfico, circunstância que evoca a necessidade de novas investigações empíricas e relatos de experiência voltados à práxis cotidiana desse modelo. Não obstante, considera-se que o panorama aqui delineado cumpre o papel de fomentar discussões cruciais sobre um cuidar psicológico que decline da patologização precoce e se comprometa, fundamentalmente, em salvaguardar a liberdade, a dignidade e a singularidade do existir infantil.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. **Gestalt-terapia com crianças: teoria e prática**. Campinas: Livro Pleno, 2005.
- CYTRYNOWICZ, M. B. **Criança e infância: fundamentos existenciais**. São Paulo: Chiado, 2018.
- FEIJOO, A. M. L. C. A clínica psicológica infantil em uma perspectiva existencial. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 17, n. 2, p. 185-192, 2011a. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v17n2/v17n2a09.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2026.
- FEIJOO, A. M. L. C. **A existência para além do sujeito: a crise da subjetividade moderna e suas repercussões para a possibilidade de uma clínica com fundamentos fenomenológico-existenciais**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2011b.
- FEIJOO, A. M. L. C.; MATTAR, C. M. Encontros e desencontros nas perspectivas existenciais em psicologia. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 258-274, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9523.2016V22N2P258>.
- FREIRE, K. E. S.; COUTO, F. S. R.; CARDOSO, K. C. N. A clínica fenomenológico existencial infanto juvenil: uma revisão de literatura integrativa brasileira. **Phenomenology, Humanities and Sciences**, v. 4, n. 2, p. 112-119, 2023.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- HALFELD, L. G. **A clínica psicológica infantil na perspectiva fenomenológico-existencial: uma reflexão sobre cuidado e ética**. 2018. 158 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://slab.uff.br/wp->

content/uploads/sites/101/2021/06/2018_d_LiviaGrijoHalfeld.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTAR, C. M. Três perspectivas em psicoterapia infantil: existencial, não-diretiva e Gestalt-terapia. **Contextos Clínicos**, v. 3, n. 2, p. 76-87, 2010. DOI: 10.4013/ctc.2010.32.01.

MOREIRA, V. Contribuições de Jaspers, Binswanger, Boss e Tatossian para a psicopatologia fenomenológica. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 17, n. 2, p. 172-184, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v17n2/v17n2a08.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2026.

OLIVEIRA, E. D. F. Um panorama do processo psicoterapêutico infantil em Gestalt-Terapia. **IGT na Rede**, v. 11, n. 20, p. 105-119, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/igt/v11n20/v11n20a07.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2026.

OLIVEIRA, L. R. F.; GASTAUD, M. B.; RAMIRES, V. R. R. Participação dos pais na psicoterapia da criança: práticas dos psicoterapeutas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 1, p. 36-49, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000692017>.

SANTOS, J. A. M. **Contribuição da psicoterapia infantil de base fenomenológico-existencial no movimento de crescimento humano**. 2019. Monografia (Especialização em Psicologia Clínica: Gestalt-terapia e Análise Existencial) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SANTOS, T. Q. A. Avaliação psicológica no atendimento infantil: uma perspectiva gestáltica. **IGT na Rede**, v. 12, n. 22, p. 8-27, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/igt/v12n22/v12n22a02.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIQUEIRA, M. A. R.; BLOC, L.; MOREIRA, V. A família na psicoterapia infantil: uma revisão integrativa das abordagens humanistas e fenomenológicas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 599-617, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=291079466010>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

SOUSA, D. Existential psychotherapy: the genetic-phenomenological approach; beyond a dichotomy between relating and skills. **Journal of Contemporary**

Psychotherapy, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10879-014-9283-y>. Acesso em: 10 jun. 2026.

TEIXEIRA, J. A. C. **Introdução à psicoterapia existencial**. *Análise Psicológica*, v. 24, n. 3, p. 289-309, 2006. Disponível em: <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/169/pdf>. Acesso em: 10 jun. 2026.

THERENSE, M. O processo ludoterapêutico na perspectiva fenomenológico-existencial das crianças em atendimento clínico. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 25, n. 1, p. 15-25, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18065/RAG.2019v25.2>.

VAN DEURZEN, E.; CRAIG, E.; LÄNGLE, A.; SCHNEIDER, K. J.; PLOCK, S. **The Wiley World Handbook of Existential Therapy**. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2019.

WEISZ, J. R.; NG, M. Y.; RUTT, C.; LAU, N.; MASLAND, S. Psychotherapy for children and adolescents. In: LAMBERT, M. J. **Handbook of psychotherapy and behavior change**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2013. p. 541-586. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273438702_Psychotherapy_for_Children_and_Adolescents. Acesso em: 17 jun. 2026.

ZAVASCHI, M. L. S.; BASSOLS, A. M.; SALLE, E.; MALTZ, F. F.; SANTIS, M. B. Psicoterapia na adolescência. In: CORDIOLI, A. V. **Psicoterapias: abordagens atuais**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 760-776.